

# MARCHA A BRASÍLIA PREPARA RESISTÊNCIA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO FEDERAL

DOCENTES PARTICIPAM DE CARAVANA À BRASÍLIA NO DIA 28 DE NOVEMBRO.



Foto: Andes - SN

O dia 28 de novembro será também um dia de luta nacional. O ANDES-SN participará, em conjunto com demais categorias dos servidores públicos federais, da caravana à Brasília (DF), com manifestação na Esplanada dos Ministérios. O protesto foi definido pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e tem, entre seus principais eixos, a luta contra a Medida Provisória 805/2017, contra a Reforma da Previdência e pelas revogações da Emenda Constitucional 95 - que congelou o orçamento da União para despesas primárias.

A Medida Provisória 805/2017 tem o objetivo de aumentar a contribuição previdenciária dos atuais 11% para 14% sobre a parcela do salário, que excede R\$ 5.531,31 (teto que é pago pelo Regime Geral, a cargo do INSS). Ela altera a Lei 10.887/04 quanto à alíquota da contribuição social do servidor público. A MP também congela os reajustes remuneratórios previstos para algumas categorias dos servidores públicos para 2018, adiados para 2019.

Embora já em vigor, a medida precisa ser votada no Congresso para ter sua validade mantida. Segundo informação da Câmara dos Deputados, a proposta está na pauta a partir de 14 de dezembro e tramita no Congresso Nacional até 7 de fevereiro de 2018.

## Reforma da Previdência

Além da MP 805/2017, o ilegítimo presidente Michel Temer também tenta emplacar novamente a tramitação da Reforma da Previdência, parada desde maio. O plano é aprovar um novo texto em dois turnos na Câmara até o dia 15 de dezembro e terminar a votação no Senado em fevereiro de 2018.

Uma das estratégias do governo é fazer um novo texto, uma "minirreforma", que concentre as mudanças no aumento da idade mínima para a aposentadoria e nas regras

para os servidores públicos. Outras questões, como o aumento do tempo mínimo de contribuição e a fórmula de cálculo do benefício, ainda estão em discussão. Embora não tenha confirmado, o governo noticiou na imprensa a possibilidade da Reforma da Previdência ser votada ainda no mês de novembro.

## Confira a pauta central da Caravana à Brasília:

- Em defesa dos serviços públicos de qualidade para a população;
- Revogação e retirada de todas as MPs e PLs que atacam o funcionalismo. Ex: MPs nº805 e nº792/2017. PL nº116/2017;
- Não à reestruturação das carreiras do funcionalismo!
- Nenhum direito a menos!;
- Não à Reforma da Previdência!;
- Revogação da PEC nº 95;
- Não à Reforma do Ensino Médio;
- Não à Reforma Trabalhista, pelo fim das Terceirizações;
- Contra as privatizações, não a entrega do patrimônio público!;
- Abaixo o ajuste fiscal contra os trabalhadores, que os bancos e as grandes fortunas paguem pela crise!

BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL

# INFORMADs



Indicativo de Greve - Dezembro/2017

## POR QUE OS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS APROVARAM O INDICATIVO DE GREVE?

INDICATIVO DE GREVE É APROVADO EM UNIDADE NAS ASSEMBLEIAS DOCENTES.



Foto: ASCOM ADUNEB

Diante da retirada de direitos e ausência de respostas do governo, os docentes da Uefs, Uneb, Uesc e Uesb deliberaram em assembleias a aprovação do indicativo de greve. O movimento cresceu desde o mês de julho, nas quatro instituições, como uma demonstração da vontade da categoria para radicalizar pela defesa dos direitos trabalhistas e da educação pública.

A necessidade de pautar a greve surgiu porque, até então, o governo não apresentou nenhuma resposta concreta para solucionar o problema do estrangulamento dos direitos trabalhistas e a crise financeira que atinge as universidades. Desde o dia 19 de dezembro de 2016 o documento com as demandas das universidades foi protocolado nas instâncias governamentais. Há quase um ano o governador Rui Costa (PT) se mantém em silêncio em relação à pauta de reivindicações do Movimento Docente (MD).

O indicativo de greve não é ainda a greve, mas um alerta de que ela poderá ser deflagrada, caso o governo não negocie com os professores. Mesmo diante da falta de compromisso dos gestores públicos, a categoria está firme e disposta à luta. Saiba quais são os principais motivos da radicalização.

## Orçamento escasso

A educação superior baiana enfrenta uma crise orçamentária. Atualmente apenas 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI) são destinados às Uebs, o que é insuficiente para a infraestrutura necessária de ensino, pesquisa e extensão. A reivindicação é o aumento para 7% da RLI.

## Reajuste linear

Há mais de dois anos o governo não paga a recomposição inflacionária a aproximadamente 270 mil funcionários públicos do estado. Na prática, isso significa

quase 20% de prejuízo no orçamento familiar de milhares de servidores.

## Recomposição salarial

O não pagamento do reajuste linear nos últimos dois anos e falta de uma política de valorização salarial impactam em grandes proporções no salário docente. Em números, por exemplo, um professor Auxiliar A 20h, cujo salário bruto (sem os descontos legais) mínimo é de R\$ 2.172,05, deixa de receber R\$ 279,98 (19,3%) por mês. A situação gera uma perda acumulada (considerando janeiro de 2015 a julho de 2017) de R\$ 4.842,11. A reivindicação do Fórum das ADs é de recomposição salarial de 30,5%.

## Direitos trabalhistas

Além do arrocho salarial, os docentes também sofrem com a não garantia de suas promoções, progressões e mudança de regime de trabalho. Atualmente a Saeb (Secretaria da Administração do Estado da Bahia) trava 334 processos de promoção, 135 progressões e 148 de mudança de regime de trabalho dos docentes nas quatro universidades estaduais. O governo ainda ataca outros direitos como a insalubridade, programas como o Planserv e a aposentadoria integral através do Prevbahia.

## Permanência estudantil

Os estudantes são um dos principais atingidos com os cortes orçamentários e ausência de uma política para permanência e assistência estudantil. O atraso no pagamento de bolsas de pesquisa, a falta de R.U., creches e residências universitárias é uma realidade comum das universidades estaduais. O Fórum das ADs apoia a pauta estudantil de 1% da R.L.I. para permanência e assistência dos discentes.

# ARROCHO ESTADUAL: MESMO COM CRESCIMENTO ECONÔMICO, GOVERNO RETIRA DIREITOS E SUCATEIA A EDUCAÇÃO



Charge: ADUFS

Como desculpa para não negociar com o MD, o governo justifica que passa por crise e limitações financeiras. Contudo, o que os números mostram é que as contas da Bahia seguem saudáveis e em crescimento. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, mostra uma elevação no PIB (Produto Interno Bruto) baiano de 1,9% durante o segundo trimestre de 2017. O estudo também demonstra que o crescimento do PIB na Bahia para o próximo ano é estimado em 3,0%, enquanto a do Brasil deve ficar em apenas 2,3%. Segundo dados do próprio Governo do Estado, a taxa de crescimento do PIB baiano é superior à expectativa brasileira.

Além do crescimento, o governo acumula também uma folga de aproximadamente R\$ 2 bilhões em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com dados do Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda, referente ao segundo quadrimestre de 2017, o governador gastou em despesas com pessoal 41,79% da Receita Corrente Líquida. O que é um valor muito abaixo dos 46,17% do limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ou seja, existe uma folga de R\$ 2 bilhões nas contas do Estado e, ainda assim, o governador Rui Costa (PT) mantém a política de negação de direitos e arrocho salarial.

## A falácia da Lei de Responsabilidade Fiscal

O governo insiste em afirmar que o Estado corre risco em estourar o orçamento indicado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, a desculpa governista não se sustenta já que não há uma ameaça de rombo na LRF. O Movimento Docente acumula diversas críticas à LRF, por considerá-la uma artimanha jurídica dos patrões para não assegurar direitos à população. Ainda assim, as análises do próprio mecanismo servem apenas para mostrar que o governo tem feito caixa à custa dos servidores públicos.

## Educação pública e servidores à mingua

A crise orçamentária das Universidades Estaduais imposta pelo governo da Bahia já passa do limite. No

período de 2013 a 2016, segundo estudos realizados pelo Fórum das ADs, as Ueba acumularam redução de R\$ 213 milhões no orçamento de manutenção, investimento e custeio. No terreno dos direitos trabalhistas, há dois anos o funcionalismo baiano não recebe a reposição da inflação, o que gera uma perda de quase 20% nos salários.

## A luta

Só a luta pode mudar e reverter essa realidade. Para Milton Pinheiro, coordenador do Fórum das ADs, é nítido que as prioridades do governo são questionáveis. Apenas com o endurecimento das ações será possível fazer o enfrentamento para conquistar condições dignas de trabalho e a sobrevivência das universidades públicas.

“O movimento docente seguirá avançando no indicativo de greve até que o governo atenda as nossas demandas”, afirmou o professor.

Fontes: Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei), Ascom Secretaria do Planejamento do Estado e Adufs.

## COMPARATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL DO 2º QUADRIMESTRE POR ANO

ANO	PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)
2017	41,79%
2016	48,52%
2015	45,95%
2014	38,64%
2013	45,22%

Limite máximo da LRF 48,60%  
Limite prudencial da LRF 46,17%  
Fonte: Adufs a partir dos dados dos Demonstrativos Simplificados do Relatório da Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda da Bahia 2º Quadrimestre de 2013 a 2017.

# O HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO DOCENTE



A história do Movimento Docente das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) começou na década de 80, quando ainda se lutava pela redemocratização do país. Em meio à pressão do regime militar e em resposta às intervenções do governo carlista no cotidiano das instituições, o MD combativo e classista ascendeu em um momento de lutas que combinava as pautas internas ao cenário político-econômico do, então, momento. Na prática, a luta dos docentes era concomitante à dos demais trabalhadores que reivindicavam emprego, transporte, moradia, terra e saúde.

A unidade entre as Associações Docentes (ADUSB, ADUNEB, ADUFS e ADUSC), garantiu a construção do Estatuto do Magistério Superior e de greves que conquistaram a ampliação do orçamento das Ueba. A defesa e valorização do trabalho docente sempre tiveram também uma centralidade na luta. Ainda na década de 1990, a principal bandeira de luta da categoria esteve relacionada à denúncia das exorbitantes perdas salariais. Contra o arrocho salarial, a categoria também lutou e luta pela incorporação de todas as gratificações que prejudicam os vencimentos salariais dos docentes.

O resultado dessa luta, endossada ao longo dos anos através de atos públicos, debates, reuniões e, quando necessário, das greves, garantiu melhores condições de trabalho, ensino, autonomia universitária e contribuiu com a qualidade da educação pública. A luta continua!



## Principais conquistas do Movimento Docente

- Revogação da Lei 7176/97;
- Construção do Estatuto do Magistério Superior;
- Garantia de direitos trabalhistas;
- PL que altera o quadro de vagas;
- Ampliação do orçamento das Ueba;
- Ampliação do quadro de vagas;
- Incorporação de gratificações;
- Reajustes salariais;
- Reposição da inflação nos salários;
- Realização de concurso público para a contratação de professores.